



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EXERCÍCIO 2019

Conselho Administrativo:

Clodoveu Luciano Caixeta
José Vander Firmino Gonçalves
Marco Antonio de Souza Vieira
Marcio Rodrigues
Juliano Alcantara Pereira
Birdson Santana Marzola

Presidente do Conselho de Administração:

Clodoveu Luciano Caixeta

Diretor Coordenador:

José Vander Firmino Gonçalves

Diretor Financeiro:

Marco Antonio de Souza Vieira

Conselho Fiscal:

Fabio Queiroz
Rafael Eduardo Cruz
Cristiane Vieira Alves
Evandro Antenor Silva

SUMÁRIO

1. RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	3
2. BALANÇO PATRIMONIAL	7
3. DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS E PERDAS	8
4. DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA.....	9
5. DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LIQUIDO	10
6. NOTAS EXPLICATIVAS	12
7. PARECER DO CONSELHO FISCAL.....	19
8. PARECER AUDITORIA	20

1. RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Associados,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis do exercício de 2019 da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados da CBMM Ltda (Cooperativa), na forma da Legislação em vigor.

1. Política Operacional

Em agosto de 2019 a Cooperativa completou 45 anos mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente através da concessão de empréstimos e captação de depósitos.

2. Avaliação de Resultados

No exercício de 2019, a Cooperativa obteve um resultado líquido de R\$ 2.879.041,30 (Dois milhões, oitocentos e setenta e nove mil, quarenta e um reais e trinta centavos) representando um retorno anual sobre o Patrimônio Líquido de 10,96%.

3. Ativos

A carteira de crédito encontrava-se assim distribuída:

Empréstimos	R\$ 20.987.232,64	87,45 %
Financiamentos	R\$ 3.010.520,18	12,54 %

Os Vinte Maiores Devedores representavam na data-base de 31/12/2019 o percentual de 9,44% da carteira, no montante de R\$ 2.267.338,65 (Dois milhões, duzentos e sessenta e sete mil, trezentos e trinta e oito reais e sessenta e cinco centavos).

4. Patrimônio de Referência

O Patrimônio de Referência da Cooperativa era de R\$ 26.254.790,28 (Vinte e seis milhões, duzentos e cinquenta e quatro mil, setecentos e noventa reais e vinte e oito centavos). O quadro de associados era composto por 2.261 cooperados, havendo um acréscimo de 12,05% em relação ao exercício anterior.

5. Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercado ainda a Cooperativa de todas as consultas cadastrais e com análise do Associado através do "rating" (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

A Cooperativa adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99, havendo uma concentração de 92% nos níveis de “A” a “C”.

6. Gerenciamento de Risco

A Gestão de Riscos é considerada um instrumento essencial para a otimização do uso do capital e para a seleção das melhores oportunidades de negócios, visando obter a melhor relação risco x retorno para os nossos associados.

A estrutura de gerenciamento dos riscos está composta pelo Conselho de Administração, pela Diretoria-Executiva, pelo Agente de Controle Interno e de Risco (ACIR) e pelo Monitor de Controle Interno e de Risco.

I - Risco Operacional

O instrumento principal por meio do qual é avaliado o risco operacional da Cooperativa é o Sistema de Controle Interno e Risco – **SCIR**, integrante do Manual de Controle Interno – **MCI**.

A estrutura, o gerenciamento e a execução da política de gerenciamento do risco operacional da Cooperativa estão contidos no Manual de Gerenciamento do Risco Operacional – **MRO**.

As responsabilidades de cada órgão que compõe a estrutura de gerenciamento do risco operacional da Cooperativa estão demonstradas na sequência:

Atividades	Responsabilidade				
	1	2	3	4	5
Política de gerenciamento do risco operacional					
Definição, aprovação, instituição, atualização, revisão e disseminação da política, estabelecimento de responsabilidades, análise de relatórios, atuação para correção de deficiências, comunicação eficaz.	•	•			
Provimento, ao Agente de Controle Interno e de Risco, das condições adequadas de atuação, adoção de providências para mitigar o risco relacionado com as áreas da estrutura organizacional subordinada, interação tempestiva com o Agente e o Conselho de Administração.		•			
Elaboração da proposta; proposição de revisão e execução da política; identificação, avaliação e monitoramento do risco; documentação e armazenamento de informações sobre o risco; elaboração de relatórios para o Conselho de Administração; sugestões de atualizações da política; e avaliação do cumprimento de normativos aplicáveis.			•		
Monitoramento das ações do Agente de Controle Interno e de Risco, comunicação, ao Conselho de Administração, de incorreções na execução do gerenciamento de risco operacional.				•	
Execução de testes de avaliação da política.					•

•1 – Conselho de Administração •2 – Diretoria-Executiva •3 – Agente de Controle Interno e de Risco
•4 – Monitor de Controle Interno e de Risco •5 – Área de Auditoria Externa e Controles Internos

II - Risco de Mercado e Liquidez

A estrutura completa para gerenciamento do risco de mercado da Cooperativa está disponível para acesso público em sua sede social.

A estrutura, o gerenciamento e a execução da política de gerenciamento do risco de mercado da Cooperativa estão contidos no Manual de Gerenciamento do Risco de Mercado – **MRM**.

As responsabilidades de cada órgão que compõe a estrutura de gerenciamento do risco de mercado da Cooperativa estão demonstradas na sequência:

Atividades	Responsabilidade				
	1	2	3	4	5
Política de gerenciamento do risco de mercado					
Definição, aprovação, instituição, atualização, revisão e disseminação da política, estabelecimento de responsabilidades, análise de relatórios, atuação para correção de deficiências, comunicação eficaz.	•	•			
Provimento – ao agente de Controle Interno e de Risco – das condições adequadas de atuação, adoção de providências para mitigar o risco relacionado com as áreas da estrutura organizacional subordinada, interação tempestiva com o agente e o Conselho de Administração.	•	•			
Elaboração da proposta; proposição de revisão e execução da política; identificação, avaliação e monitoramento do risco; documentação e armazenamento de informações sobre o risco; elaboração de relatórios para o Conselho de Administração; sugestões de atualizações da política; e avaliação do cumprimento de normativos aplicáveis.			•		
Monitoramento das ações do agente, comunicação – ao Conselho de Administração – de incorreções na execução do gerenciamento de risco de mercado.				•	
Execução de testes de avaliação da política.					•

- 1 – Conselho de Administração • 2 – Diretoria-Executiva • 3 – Agente de Controle Interno e Risco
- 4 – Monitor de Controle Interno e Risco • 5 - Área de Auditoria Externa e Controles Internos

7. Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos associados definir e assegurar a execução dos objetivos da Cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão. Nesse sentido, a administração da Cooperativa tem na assembleia geral, que é a reunião de todos os associados, o poder maior de decisão.

A gestão da Cooperativa está pautada em papéis definidos, com clara segregação de funções. Cabem ao Conselho de Administração as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

A Cooperativa possui ainda um Agente de Controles Internos, que, por sua vez, faz as auditorias internas. Contratou auditoria externa com a finalidade de verificar os controles internos de conformidade com a Resolução 2.554/98.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a Cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa adota ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito, a Cooperativa adota o Manual de Crédito, aprovado, como muitos outros manuais. Além do Estatuto Social, são adotados regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento do Conselho Fiscal, o Regulamento Eleitoral.

A Cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais e está atenta para a segregação de funções e o gerenciamento do desempenho de todo o seu quadro funcional. Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

8. Conselho Fiscal

Eleito trienalmente na Assembleia Geral Ordinária (AGO), com mandato até a AGO de 2021, o Conselho Fiscal tem a responsabilidade de verificar de forma sistemática os atos da administração da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

9. Sistema de Ouvidoria

A Ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um Agente de Apoio a Ouvidoria, sendo o Ouvidor, de acordo com modelo de componente único de ouvidoria, conforme previsto na Resolução 3.849/10 do Conselho Monetário Nacional. Atendeu até 31/12/19 as manifestações recebidas por meio do atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos associados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos Associados pela preferência e confiança e aos colaboradores pela dedicação.

Araxá, (MG), 31 de dezembro de 2019.

Conselho de Administração e Diretoria

2. BALANÇO PATRIMONIAL



C.E.C.M DOS EMPREGADOS DA CBMM LTDA.

Balanço Patrimonial

Em Reais

ATIVO	31/12/2019	31/12/2018	PASSIVO	31/12/2019	31/12/2018
ATIVO CIRCULANTE	27.838.905,67	26.780.526,56	PASSIVO CIRCULANTE	1.589.437,99	1.637.603,34
DISPONIBILIDADES	4.283.688,59	4.714.663,49	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES		
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS			OUTRAS OBRIGAÇÕES	1.589.437,99	1.637.603,34
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	23.309.705,78	21.758.925,84	Cobrança e Arrec. de Trib. e Assemelhados	456,05	1.308,87
Operações de Créditos			Sociais e Estatutárias	1.522.921,74	1.571.647,99
Setor Privado	23.997.752,82	22.862.655,57	Fiscais e Previdenciárias	27.362,11	31.922,36
(-) Provisão de Crédito	-688.047,04	-1.103.729,73	Diversas	38.698,09	32.724,12
OUTROS CRÉDITOS	245.511,30	306.937,23			
Diversos	245.511,30	306.937,23			
IMOBILIZADO	5.322,60	7.528,07	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	26.254.790,28	25.150.451,29
IMOBILIZADO DE USO	5.322,60	7.528,07	Capital de Domiciliados no País	21.112.774,02	20.069.546,56
Outras Imobilizações de Uso	26.253,62	26.253,62	Reservas de Lucros	2.262.974,96	1.903.094,80
(-) Depreciações Acumuladas	-20.931,02	-18.725,55	Sobras ou Perdas Acumuladas	2.879.041,30	3.177.809,93
INTANGÍVEL	0,00	0,00			
Ativos Intangíveis	16.632,33	16.632,33			
(-) Amortização Acumulada	-16.632,33	-16.632,33			
TOTAL DO ATIVO	27.844.228,27	26.788.054,63	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	27.844.228,27	26.788.054,63

3. DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS E PERDAS



C.E.C.M DOS EMPREGADOS DA CBMM LTDA.

Demonstrações de Sobras e Perdas

Em Reais

	2019			2018
	Prim.Sem	Seg.Sem.	Exercício	Exercício
1 (+) RECEITA DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA				
Operações de Créditos	2.154.391,29	2.625.361,66	4.779.752,95	5.417.736,99
Resultado de Oper. c/ Títulos e Vhrs. Mobiliários	249.506,41	129.964,14	379.470,55	300.819,73
	2.403.897,70	2.755.325,80	5.159.223,50	5.818.556,72
2 (-) DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA				
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa				
Reversão de Provisões Operacionais	595.184,52	25.036,96	620.221,48	498.932,32
Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa	-125.083,19	-293.740,81	-418.824,00	-598.436,11
	470.101,33	-268.703,85	201.397,48	-99.503,79
3 (=) RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA (1-2)	2.873.999,03	2.486.621,95	5.360.620,98	5.619.052,93
4 (+/-) OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS				
Despesas de Pessoal	-168.841,48	-150.987,79	-319.829,27	-293.876,43
Outras Despesas Administrativas	-161.324,44	-182.661,67	-343.986,11	-245.240,42
Despesas Tributárias	-12.749,15	-6.868,89	-19.618,04	-16.086,36
Outras Receitas Operacionais	26.948,32	18.925,90	45.874,22	16.976,38
Outras Despesas Operacionais	-5.786,30	-3.772,90	-9.559,20	-57.784,72
	-321.753,05	-325.365,35	-647.118,40	-596.011,55
5 (=) RESULTADO OPERACIONAL (3-4)	2.552.245,98	2.161.256,60	4.713.502,58	5.023.041,38
6 (-) RESULTADO NÃO OPERACIONAL	-379,36	-0,89	-380,25	-255,48
7 (=) RESULT. ANTES DA TRIB.S/LUCRO E PARTICIPAÇÕES (5-6)	2.551.866,62	2.161.255,71	4.713.122,33	5.022.785,90
8 (-) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-88.616,84	-43.423,34	-132.040,18	-101.937,85
9 (-) PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS NO LUCRO	-58.465,27	-67.638,00	-126.103,27	-91.906,58
10 (=) RESULT. ANTES DO JUROS AO CAPITAL PRÓPRIO (7-8-9)	2.404.784,51	2.050.194,37	4.454.978,88	4.828.941,47
11 (-) JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO	-448.289,04	-407.888,22	-856.177,26	-856.679,06
12 (=) SOBRAS OU PERDAS (10-11)	1.956.495,47	1.642.306,15	3.598.801,62	3.972.262,41
13 (-) FATOS - FUNDO DE RESERVA E OUTROS FUNDOS	0,00	0,00	-719.760,32	-794.452,48

4. DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA



C.E.C.M DOS EMPREGADOS DA CBMM LTDA.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Em Reais

DESCRIÇÃO	Exercício Findo em	
	31/12/2019	31/12/2018
Atividades Operacionais		
Sobras/Perdas do Exercício	4.454.978,88	4.828.941,47
Ajuste de Exercícios Anteriores	-0,09	0,23
Constituição do FATES	-359.880,16	-397.226,24
Transferencia FATES- Exercício Anterior	-158.890,49	-
Juros ao Capital	-856.177,26	-856.679,06
Depreciações e Amortizações	2.205,47	2.614,56
(Aumento) redução em ativos operacionais		
Operações de Crédito	-1.550.779,94	-975.587,70
Outros Créditos	61.425,93	244.106,79
Aumento (redução) em passivos operacionais		
Outras Obrigações	-48.165,65	-94.795,79
Caixa Líquido Aplicado em Atividades Operacionais	1.544.716,69	2.751.374,26
Atividades de Financiamentos		
Recursos Próprios		
Aumento por novos aportes de Capital	1.832.635,00	1.731.923,98
Aumento por incorporação de Juros ao Capital	822.596,31	953.944,50
Aumento por incorporação de Juros ao Capital Demitidos	29.264,77	34.082,75
Amortização de Empréstimos	-951.538,28	-1.141.241,12
Devolução de Capital à Cooperados	-811.851,17	-673.207,11
IRRF Juros Sobre o Capital	-530,57	-4.837,98
Recursos Terceiros		
Distribuição de sobras em dinheiro	-2.896.267,95	-964.017,40
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Atividades de Financiamentos	-1.975.691,89	-63.352,38
Aumento / Redução Líquida das Disponibilidades	-430.975,20	2.688.021,88
Modificações em Disponibilidades Líquida		
No Início do Período	4.714.663,79	2.026.641,91
No Fim do Período	4.283.688,59	4.714.663,79
Variação Líquida das Disponibilidades	-430.975,20	2.688.021,88

5. DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LIQUIDO



C.E.C.M DOS EMPREGADOS DA CBMM LTDA.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Em Reais

	CAPITAL SOCIAL		RESERVAS DE LUCROS				Sobras e (Perdas)	Saldo Atual
	Realizado	(-) Capital a Realizar	Reserva Legal	Reservas Estatutárias	Reservas para Contingências	Reservas para Expansão		
Saldos em 31.12.17	18.065.033,38	-	1.505.868,56	-	-	-	2.067.865,33	21.638.767,27
Mutações do exercício	3.407.058,65	-	278.894,94	-	-	-	-368.232,78	3.317.720,81
Saldos em 31.12.17	18.065.033,38	-	1.505.868,56	-	-	-	2.067.865,33	21.638.767,27
Ajuste de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-	0,23	0,23
Incorporação Sobras	2.067.865,56	-	-	-	-	-	-2.067.865,56	0,00
Integralização de Capital	1.731.923,98	-	-	-	-	-	-	1.731.923,98
Devolução de Capital a Pagar	-	-	-	-	-	-	-	0,00
Devolução de Capital	-673.207,11	-	-	-	-	-	-	-673.207,11
Distribuição de sobras em dinheiro	-964.017,40	-	-	-	-	-	-	-964.017,40
Rateio de Perdas	-	-	-	-	-	-	-	0,00
Sobras ou Perdas do Exercício	-	-	-	-	-	-	4.828.941,47	4.828.941,47
Incorporação de Capital Exercício Anterior	953.944,50	-	-	-	-	-	-	953.944,50
Juros ao Capital Social Demitidos	34.082,75	-	-	-	-	-	-	34.082,75
Juros ao Capital Próprio do Exercício	-	-	-	-	-	-	-856.679,06	-856.679,06
Amortização de Empréstimos	-1.141.241,12	-	-	-	-	-	-	-1.141.241,12
IRRF sobre Juros ao Capital	-4.837,98	-	-	-	-	-	-	-4.837,98
Transferência FATES -Exercício Anterior	-	-	-	-	-	-	-	0,00
Transferência Conta Corrente-Exercício Anterior	-	-	-	-	-	-	-	0,00
Transferência Capital Social-Exercício Anterior	-	-	-	-	-	-	-	0,00
Transferência Reserva Legal-Exercício Anterior	-	-	-	-	-	-	-	0,00
Recuperação de Perdas Acum.	-	-	-	-	-	-	-	0,00
Absorção Perda Acumulada de Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	0,00
Destinação das sobras:	-	-	-	-	-	-	-	0,00
. Fundo de Reserva	-	-	397.226,24	-	-	-	-397.226,24	0,00
. Reserva de Expansão	-	-	-	-	-	-	-	0,00
. FATES	-	-	-	-	-	-	-397.226,24	-397.226,24
Saldos em 31.12.18	20.069.546,56	-	1.903.094,80	-	-	-	3.177.809,93	25.150.451,29
Mutações do exercício	2.004.513,18	-	397.226,24	-	-	-	1.109.944,60	3.511.684,02

Saldos em 31.12.18	20.069.546,56	-	1.903.094,80	-	-	-	3.177.809,93	25.150.451,29
Ajuste de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-	-0,09	-0,09
Incorporação Sobras	3.018.919,35	-	-	-	-	-	-3.018.919,35	0,00
Integralização de Capital	1.832.635,00	-	-	-	-	-	-	1.832.635,00
Devolução de Capital a Pagar	-	-	-	-	-	-	-	0,00
Devolução de Capital	-811.851,17	-	-	-	-	-	-	-811.851,17
Distribuição de sobras em dinheiro	-2.896.267,95	-	-	-	-	-	-	-2.896.267,95
Rateio de Perdas	-	-	-	-	-	-	-	0,00
Sobras ou Perdas do Exercício	-	-	-	-	-	-	4.454.978,88	4.454.978,88
Incorporação de Capital Exercício Anterior	822.596,31	-	-	-	-	-	-	822.596,31
Juros ao Capital Social Demitidos	29.264,77	-	-	-	-	-	-	29.264,77
Juros ao Capital Próprio do Exercício	-	-	-	-	-	-	-856.177,26	-856.177,26
Amortização de Empréstimos	-951.538,28	-	-	-	-	-	-	-951.538,28
IRRF sobre Juros ao Capital	-530,57	-	-	-	-	-	-	-530,57
Transferência FATES -Exercício Anterior	-	-	-	-	-	-	-158.890,49	-158.890,49
Transferência Conta Corrente-Exercício Anterior	-	-	-	-	-	-	-	0,00
Transferência Capital Social-Exercício Anterior	-	-	-	-	-	-	-	0,00
Transferência Reserva Legal-Exercício Anterior	-	-	-	-	-	-	-	0,00
Recuperação de Perdas Acum.	-	-	-	-	-	-	-	0,00
Absorção Perda Acumulada de Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	0,00
Destinação das sobras:	-	-	-	-	-	-	-	0,00
. Fundo de Reserva	-	-	359.880,16	-	-	-	-359.880,16	0,00
. Reserva de Expansão	-	-	-	-	-	-	-	0,00
. FATES	-	-	-	-	-	-	-359.880,16	-359.880,16
Saldos em 31.12.19	21.112.774,02	-	2.262.974,96	-	-	-	2.879.041,30	26.254.790,28
Mutações do exercício	1.043.227,46	-	359.880,16	-	-	-	-298.768,63	1.104.338,99

6. NOTAS EXPLICATIVAS

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

1. Contexto operacional

A Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados da CBMM Ltda (Cooperativa) é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 25/08/1974. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei 4.595/64, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei 5.764/71, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar 130/09, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução 4.434 do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

A Cooperativa tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis são de responsabilidades da Administração da Cooperativa e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, considerando as alterações exigidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, adaptadas às peculiaridades da legislação cooperativista e às normas e instruções do Banco Central do Brasil – BACEN, bem como apresentadas conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos e dispêndios são registrados de acordo com o regime de competência. As operações de crédito com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e os ingressos e dispêndios correspondentes ao período futuro são apresentados em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. Os ingressos e dispêndios de natureza financeira são contabilizados pelo critério "pro-rata temporis" e calculados com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados, que

são calculadas com base no método linear. As operações de crédito com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

As receitas e despesas são reconhecidas na demonstração de sobras em conformidade com o regime de competência. Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes, entre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas. A Cooperativa revisa as estimativas e premissas, no mínimo, semestralmente.

c) Disponibilidades

Disponibilidades, conforme Resolução 3.604/08 do Conselho Monetário Nacional – CMN, incluem caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

Disponibilidades compreendem:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Caixa e depósitos bancários	3.375,88	23.933,41
Títulos e Valores Mobiliários	4.280.312,71	4.690.730,08
Total	4.283.688,59	4.714.663,49

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas "pro rata temporis", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

e) Provisão de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

A Resolução CMN nº 2.682/99 introduziu os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Imobilizado

Móveis e Equipamentos de uso, Equipamentos de Informática (hardwares) e outros imobilizados, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para baixar o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas divulgadas na Nota 5, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

g) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico. Os ativos intangíveis compreendem softwares adquiridos de terceiros e são amortizados ao longo de sua vida útil estimada.

h) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

i) Provisões

São reconhecidas quando a Cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

j) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, as quais a Cooperativa tem por diretriz.

k) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados é isento de tributação.

I) Valor recuperável de ativos – *Impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “*impairment*”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas. Em 31 de dezembro de 2019, não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

4. Operações de crédito

a) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682 de 21/12/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Total ¹ em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019	Total ¹ em 31/12/2018	Provisões 31/12/2018
A	0,50%	Normal	20.523.813,64	102.619,07	18.881.890,70	94.409,45
B	1%	Normal	1.046.893,50	10.468,93	1.153.094,73	11.530,94
B	1%	Vencidas	173.072,69	1.730,72	222.522,21	2.225,22
C	3%	Normal	590.154,05	17.704,62	631.475,89	18.944,27
C	3%	Vencidas	219.085,16	6.572,55	171.926,19	5.157,78
D	10%	Normal	378.546,10	37.854,61	207.549,71	20.754,97
D	10%	Vencidas	79.225,34	7.922,53	134.179,73	13.417,97
E	30%	Normal	407.498,40	122.249,52	136.888,18	41.066,45
E	30%	Vencidas	84.148,83	25.244,65	170.480,15	51.144,04
F	50%	Normal	185.814,94	92.907,47	439.739,17	219.869,58
F	50%	Vencidas	45.587,11	22.793,55	63.299,94	31.649,97
G	70%	Normal	58.148,20	40.703,74	161.150,67	112.805,46
G	70%	Vencidas	21.632,72	15.142,90	25.682,43	17.977,70
H	100%	Normal	9.198,69	9.198,69	58.377,62	58.377,62
H	100%	Vencidas	174.933,45	174.933,45	404.398,25	404.398,25
Total Normal			23.200.067,52	433.706,65	21.670.166,67	577.758,74
Total Vencido			797.685,30	254.340,37	1.192.488,90	525.970,98
Total Geral			23.997.752,82	688.047,02	22.862.655,57	1.103.729,72
Provisões			688.047,02	688.047,02	1.103.729,72	1.103.729,72
Total Líquido			23.309.705,80	688.047,02	21.758.925,85	1.103.729,72

¹ Estão contidos os valores das Operações Renegociadas.

b) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento – operações vencidas (dias):

Descrição	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos	471.383,19	151.368,66	174.933,45	797.685,30
Total	471.383,19	151.368,66	174.933,45	797.685,30

c) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Saldo Inicial	(1.103.729,73)	(1.113.242,38)
Constituições provisão no Exercício	(418.824,00)	(598.436,11)
Reversões provisão no Exercício	834.506,69	607.948,76
Total	(688.047,04)	(1.103.729,73)

d) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2019	% Carteira Total	31/12/2018	% Carteira Total
Maior Devedor	214.938,31	0,92	208.984,68	1,28
20 Maiores Devedores	2.267.338,65	9,72	2.222.279,04	12,79
50 Maiores Devedores	3.925.546,96	16,35	3.969.058,18	19,51

e) Créditos Baixados Como Prejuízo, Renegociados e Recuperados (conta de compensação):

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Saldo início do exercício	254.888,70	97.029,02
Valor das operações transferidas no exercício	253.851,12	158.509,68
Valor das operações recuperadas no exercício	(12.502,36)	(650,00)
Total	R\$496.237,46	254.888,70

5. Imobilizado de uso

Descrição	Taxa de Depreciação	31/12/2019	31/12/2018
Móveis e Equipamentos	10%	12.408,00	12.408,00
Equipamentos de Informática	20%	13.845,62	13.845,62
TOTAL		26.253,62	26.253,62
Depreciação acumulada		(20.931,02)	(18.725,55)
TOTAL		5.322,60	7.528,07

6. Outras Obrigações

a) Outras Obrigações - Sociais e estatutárias

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social	467.957,73	454.554,52
Fiscais e Previdenciárias	27.362,11	31.922,36
Gratificação de Participação a pagar	52.609,40	33.737,10
Cotas de Capital e Juros a Pagar	1.002.354,61	1.083.356,37
Diversos (a)	39.154,14	34.032,99
Total	1.589.437,99	1.637.603,34

(a) Diversos referem-se à provisão de férias e impostos a recolher.

O FATES é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da Cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não-cooperados e 10% das sobras líquidas do exercício, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em conta de passivo segue determinação do plano de contas do COSIF.

7. Instrumentos financeiros

A Cooperativa opera com instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades e operações de crédito.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos, conforme critérios mencionados nas correspondentes notas explicativas.

8. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito a um voto, independente do número de suas cotas-partes.

b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras líquidas do Juros ao Capital Próprio, no percentual de 10%, utilizada para a reparar possíveis perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do Bacen, através da Carta Circular 3.224/06, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES, é registrado como exigibilidade, e utilizado em gastos para o qual se destina, conforme a Lei 5.764/71.

Em AGO, realizada em 19 de fevereiro de 2019, os cooperados deliberaram o rateio das sobras no valor de R\$ 3.018.919,43 (três milhões, dezoito mil, novecentos e dezenove reais e quarenta e três centavos) entre os cooperados, proporcionalmente às suas operações realizadas com a Cooperativa, sendo que 100% (cem por cento) deste valor foram creditados diretamente na conta corrente dos Associados.

9. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da Cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Montante das operações no exercício de 2019:

MONTANTE DAS OPERAÇÕES ATIVAS	% em relação à carteira total
R\$ 662.669,69	2,75 %

10. Índice de Basileia

O Patrimônio de Referência - PR da Cooperativa encontra-se compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos, apresentando margem para o limite de compatibilização de R\$ 26.254.790,28 (Vinte e seis milhões, duzentos e cinquenta e quatro mil, setecentos e noventa reais e vinte e oito centavos) em 31 de dezembro de 2019 e R\$25.150.451,29 (Vinte e cinco milhões cento e cinquenta mil, e quatrocentos e cinquenta e um reais e vinte e nove centavos) em 31 de dezembro de 2018.

José Vander Firmino Gonçalves
Diretor Coordenador

Marco Antônio de Souza Vieira
Diretor Financeiro

Marcella Lamounier Reis de Araújo
Contadora
CRC/MG nº: 121065/O

7. PARECER DO CONSELHO FISCAL

1. Examinamos os balancetes, balanços e as demonstrações de resultado da **COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DA CBMM LTDA**, em 31/12/2019, e as aplicações dos recursos do semestre findo, elaborado sob a responsabilidade de sua administração.
2. Nossos exames foram executados de maneira a comprovar a adequada demonstração em seus aspectos relevantes, considerando o sistema contábil, os princípios de contabilidade e controles internos constantes de sua programação técnica.
3. Somos de parecer que as referidas demonstrações apresentam, adequadamente, a posição patrimonial e financeira da **COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DA CBMM LTDA** e o resultado das operações do exercício findo, de acordo com as instruções emanadas do Plano Contábil do COSIF.

ARAXÁ-MG. 31 DE DEZEMBRO DE 2019.

FABIO QUEIROZ
CONSELHEIRO FISCAL EFETIVO

CRISTIANE VIEIRA ALVES
CONSELHEIRO FISCAL EFETIVO

EVANDRO ANTENOR SILVA
CONSELHEIRO FISCAL SUPLENTE

RAFAEL EDUARDO CRUZ
CONSELHEIRO FISCAL SUPLENTE

8. PARECER AUDITORIA

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Senhores Administradores e Cotistas da Cooperativa de Economia e de Crédito Mútuo dos Empregados da CBMM Ltda

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados CBMM Ltda que compreende o balanço patrimonial, em 31.12.2019 e as respectivas demonstrações de sobras e perdas, demonstração da mutação do patrimônio líquido e demonstração fluxo de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados CBMM Ltda** em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com às práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir instituída “Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprindo com as demais responsabilidades ética de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados da CBMM Ltda é responsável por essas outras informações que compreende o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração pelas Demonstrações Contábeis

A Administração da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados da CBMM Ltda é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorções relevantes, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Cooperativa continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do Auditor pela auditoria das demonstrações contábeis.

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, livres de distorções relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos

evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude ou erro é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativas em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 21 de janeiro de 2020.

CONTROL AUDITORIA E CONTABILIDADE EPP
CRC - 2SP 023.880-O-7



MARCELINO VASCONCELOS BARROSO
CRC – 205.606-O-9